

## 2.1. Education governance, autonomy and accountability

### SP - (18775) - PROCESSOS DE REGULAÇÃO TRANSNACIONAL NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR: O CASO DA INSTITUIÇÃO DO ESPAÇO EUROPEU DE ENSINO SUPERIOR

Marta Almeida (Portugal)<sup>1</sup>; Estela Costa (Portugal)<sup>1</sup>

1 - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

#### Short Abstract

Inscrevendo-se na análise dos processos de multirregulação em educação, atende-se em particular aos processos de regulação transnacional na definição de políticas para o setor da Educação. Observa-se, assim, o surgimento de novos espaços de debate e decisão à escala internacional, com a participação de diversos atores, a quem são acometidos diferentes papéis e responsabilidades. É neste cenário de regulação transnacional que desponta o denominado Processo de Bolonha, espaço supranacional de definição e concretização de um projeto geopolítico para o ensino superior na Europa. Através da composição de grupos de trabalho supranacionais, são definidas, ao longo de 10 anos, as linhas orientadoras para o estabelecimento de Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES). Com o intuito de compreender os métodos de convocação e coordenação dos atores implicados neste projeto europeu, os mecanismos de tomada de decisão privilegiados, bem como sinalizar os princípios e orientações a incorporar nas políticas nacionais, recorre-se primordialmente à análise de fontes secundárias, como as declarações produzidas pela plataforma interministerial responsável pela arquitetura do EEES, a que acrescem outros documentos produzidos - sobre ou para apoio a este processo- por diversas organizações internacionais. O estudo revela a configuração de uma plataforma interministerial, regida pelo método aberto de coordenação. Assinala-se também o alargamento à participação de diferentes *stakeholders* em fóruns de discussão formais. Recorre-se a modos de regulação *soft* com vista à obtenção de consensos, o estabelecimento de prioridades e para a assunção de compromissos de ação para os diferentes contextos nacionais. Por fim, salienta-se (i) a adoção de princípios estruturantes comuns - compatibilidade, mobilidade e empregabilidade; (ii) a standartização de estruturas e procedimentos para o setor; e (iii) a sinalização de orientações na esfera da dimensão pedagógica, visível na emergência do paradigma da aprendizagem enquanto objeto discursivo, assumido como alicerce para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no ensino superior.